



## RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS

**REF.: LICITAÇÃO 090/2009 - PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO 1585/2009.**

**OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática – Servidores de rede e Switchs.**

### FORMULADO PELA EMPRESA: IT ONE

#### QUESTIONAMENTO:

**PERGUNTA 1:** Em relação ao item 4.1.2 do Edital solicita-se que ao apresentarmos a proposta comercial deveremos observar as exigências legais contidas no Código de Defesa do Consumidor. Recentemente, este Tribunal realizou licitação de equipamentos de tecnologia onde tal exigência pautou vários questionamentos. Assim sendo, perguntamos:

1.1) O ANEXO I estabelece que o equipamento ofertado possua índice SPECintrate base 2006 auditado. Este índice é conseguido através de certificado obtido em página web. Há necessidade de tradução juramentada para este certificado?

**RESPOSTA** - Não será necessária a tradução de documentos técnicos referentes aos equipamentos. Verificar o item 4.2 do Edital.

1.2) O ANEXO I solicita que os servidores ofertados sejam compatíveis com uma série de Sistemas Operacionais. A comprovação de compatibilidade é obtida através de certificados de compatibilidade emitida por cada fabricante de Sistema Operacional lá indicado. Há necessidade de tradução juramentada para cada um destes certificados?

**RESPOSTA** - Não será necessária a tradução de documentos técnicos referentes aos equipamentos. Verificar o item 4.2 do Edital.

**PERGUNTA 2:** Em relação ao item 4.3 do Edital surgiu a seguinte dúvida: O edital menciona que os fornecedores mineiros devem apresentar o preço “normal” (com ICMS) e na sequência devem destacar preços sem a aplicação do ICMS. Contudo no site do Banco do Brasil quando nos preparamos para lançar a proposta existe apenas um espaço onde devemos inserir o valor total do lote. PERGUNTAMOS: Para os fornecedores mineiros não optantes pelo simples deveremos lançar nesta janela preços com ou sem ICMS?

**RESPOSTA –**

**PERGUNTA 3:** Ainda em relação a colocação da proposta no Sistema do Banco do Brasil temos a indagar o fato de haver um campo para inclusão de observações adicionais. O item 4.1.2 do edital menciona que o proponente deve “consignar os valores unitários e total, bem como a descrição do produto ofertado ... indicando elementos exigidos no Anexo I e Anexo II...” Assim exposto, Perguntamos:

3.1) No Sistema do banco do Brasil não está disponível campo para informarmos o valor unitário. Como devemos proceder neste caso?

**RESPOSTA –** Deverá ser lançado apenas o valor total do lote e a licitante vencedora quando da apresentação da proposta readequada, se for o caso, deverá ser lançado os valores unitário e total.

3.2) Entendemos que deveremos descrever detalhadamente (descrição exata do produto) a oferta no campo “observações adicionais” do Sistema do Banco do Brasil. É correto o nosso



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

entendimento?

3.3) Caso a resposta anterior seja negativa perguntamos: Quais informações deverão constar no campo “observações adicionais”?

3.4) O não preenchimento do campo “observações adicionais” com a descrição detalhada do produto ofertado será motivo de desclassificação da proposta?

3.4) O não preenchimento do campo “observações adicionais” com a descrição detalhada do produto ofertado será motivo de desclassificação da proposta?

**RESPOSTA** – Não será necessária a descrição exata do produto, basta a informação de que a proposta está de acordo com as especificações técnicas do Edital e seus anexos, fabricante, marca e modelo. A falta dessas informações poderão sim desclassificar a proposta.

**PERGUNTA 4:** O sistema do Banco do Brasil para colocação de proposta para este certame está disponibilizando um campo “documentos anexos”. Após a leitura do Edital não identificamos a obrigatoriedade de anexar documentos na fase de inclusão da proposta. Perguntamos: Deveremos obrigatoriamente anexar algum documento à proposta incluída no sistema? Quais seriam esses documentos?

**RESPOSTA** – Não será necessário anexar nenhum documento.

**PERGUNTA 5:** O item 4.6 do edital indica que após a abertura das propostas será examinada a aceitabilidade das mesmas quanto ao objeto e ao valor. Perguntamos: A verificação da aceitabilidade quanto ao objeto significa que será analisado se o equipamento informado na proposta atende ao exigido no Anexo I?

**RESPOSTA** – Sim.

**PERGUNTA 6:** Entendemos que haverá análise de conformidade quanto ao objeto e acontecerá antes da fase de lances. Se o equipamento proposto não atender ao exigido no edital a proposta será desclassificada e o proponente não participará da fase de lances. É correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA** – Sim.

**PERGUNTA 7:** O item 6.2.1.b do edital estabelece “declaração do proponente de que ele possui credenciamento junto à fabricante para comercialização e suporte técnico dos produtos ofertados. Entendemos que caso o proponente opte por contratar o serviço de manutenção, suporte e garantia do fabricante NÃO HAVERÁ NECESSIDADE desta carta desde que o fabricante informe tal condição. Perguntamos: É correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA** - Não está correto o entendimento - É necessário a apresentação da declaração conforme determina o item 6.2.1 letra b) do edital.

**PERGUNTA 8:** Entendemos que a solicitação contida no item 6.2.1.b do edital refere-se única e exclusivamente - em relação ao fornecimento previsto no Anexo I - aos servidores propostos? Perguntamos: É correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA** – Não está correto o entendimento - A exigência foi definida para atendimento aos Anexos I e II.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**PERGUNTA 9:** É correto o entendimento de que tal documento (item 6.2.1.b do edital) não se refere ao Sistema Operacional Sun Solaris 10 visto que o suporte técnico do mesmo é adquirido diretamente junto ao fabricante através de subscrições?

**RESPOSTA** - Está correto o entendimento.

**PERGUNTA 10:** O item 6.5 do edital estabelece que os documentos deverão ter vigência na data de abertura do pregão e que onde não houver prazo estabelecido os mesmos terão considerados validade de 90 dias. Perguntamos: Estes prazos de validade aplicam-se exclusivamente aos documentos de habilitação?

**RESPOSTA:** O item 6.5 refere-se à habilitação.

**PERGUNTA 11:** O item 6.5 do edital estabelece que os documentos deverão ter vigência na data de abertura do pregão e que onde não houver prazo estabelecido os mesmos terão considerados validade de 90 dias. Perguntamos: Aos documentos/certificados técnicos aplicam-se esta norma?

**RESPOSTA:** O item 6.5 refere-se à habilitação.

**PERGUNTA 12:** O edital em seu ANEXO I item 6.3 – estabelece que a garantia de todos os produtos deverão possuir garantia pelo período de 36 meses. Contudo, ENTENDEMOS que os termos do edital aplicam-se exclusivamente ao hardware visto que para o software contido neste edital há subscrição contratada diretamente junto ao fabricante e não contida no termo de referência. Perguntamos: É correto o entendimento de que a garantia de 36 meses estabelecida no Edital aplica-se apenas ao hardware da solução?

**RESPOSTA** - Está correto o entendimento.

### FORMULADO POR: AGNALDA CARNEIRO

**PERGUNTA 01:** Nos termos do que dispõe o instrumento convocatório, o material será recebido na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

Ocorre que o art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93, dispõe acerca do aceite provisório e definitivo, sem, contudo, indicar prazo para ambas as hipóteses. O parágrafo 4º do aludido artigo, por sua vez, dispõe que:

§ 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

Entendemos que o parágrafo em comento determina a obrigatoriedade de questionamento ao órgão contratante acerca do prazo para os respectivos aceites, uma vez que o contratado não pode ser constrangido a aguardar indefinidamente por uma manifestação.

E mais, de acordo com o entendimento doutrinário a respeito do artigo em questão, “o dispositivo deve ser interpretado no sentido de que, uma vez notificada, a Administração disporá de quinze dias para praticar os atos (termo circunstanciado ou vistoria), sob pena de presumir-se ocorrida a aceitação definitiva” (Justen, Marçal, “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Dialética: São Paulo, 11ª Edição, p 569).

Diante do exposto, considerando que o Edital é omissivo com relação ao prazo para emissão do Aceite, indagamos:

- a) Qual será o prazo para emissão do TERMO de ACEITE (ATESTES)?
- b) Referido termo de aceite dependerá da instalação dos equipamentos?
- c) Considerando que a minuta contratual, cláusula 3.1.4, prevê que as partes deverão realizar reunião técnica, após o recebimento de todos os equipamentos, para programação das



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

instalações e, principalmente, considerando que a contratada não poderá ser compelida a aguardar indefinidamente pela instalação dos equipamentos. Qual será o prazo máximo para instalação dos mesmo?

**RESPOSTA:** Ver redação Cláusula Sexta do Edital e item 7 dos Termos de Referência, Anexos I e II.

Com relação à instalação dos equipamentos, esclarecemos que ela é de responsabilidade da equipe técnica do TJMG. A reunião técnica objetiva esclarecer detalhes do funcionamento dos equipamentos que serão fornecidos.

**PERGUNTA 02:** Via de regra, para cada pessoa jurídica, podem haver CNPJ's com terminação distinta, apenas para diferenciar os estabelecimentos da empresa.

Considerando tratar-se de uma única pessoa jurídica, é nosso entendimento que é possível a participação da licitante no certame em referência com a indicação do CNPJ de faturamento do Hardware e/ou Software e a indicação de outro CNPJ da filial da licitante, que eventualmente irá faturar os Serviços, exclusivamente para efeitos de faturamento. Está correto nosso entendimento?

O objeto da presente licitação engloba tanto o fornecimento de equipamentos quanto o fornecimento de softwares e a prestação de serviços.

Entendemos que, produtos, softwares e serviços não podem constar da mesma fatura, eis que sobre os produtos incide ICMS, sobre o software incide ISSQN e sobre os serviços ISS.

Assim, indagamos: a empresa vencedora poderá faturar os produtos, os softwares e os serviços separadamente?

**RESPOSTA:** Quanto ao CNPJ, ver subitem 6.7 do Edital. Sobre faturamento a empresa deverá consultar seu contador e observar a legislação pertinente.

No que diz respeito ao software, informamos que o sistema operacional solaris é um programa FREE disponibilizado pela empresa Sun Microsystems através da internet e para tanto não será necessário a emissão de nota fiscal para ele. A característica que deverá ser garantia pelo fornecedor, é que o hardware fornecido seja homologado pelo seu fabricante para o funcionamento com o sistema operacional Solaris versão 10, atendendo assim o disposto na alínea bb, do item 11, das especificações técnicas e quantitativo do objeto, lote 1. do edital.

**PERGUNTA 02:** No Lote 1, Item 1, subitem J – primeiro paragrafo temos o seguinte texto “Acesso e autenticação segura através de LDAP, RADIUS e Microsoft AD (Active Directory), SSH 2.0 e SNMP V3”. Tendo em vista que será feita apenas autenticação de usuários e não de dispositivos de rede, tais como access point ou modem (RADIUS) e que nosso componente de gerenciamento não se classifica como um dispositivo de rede, entendemos que serão aceitas as autenticações padrão de mercado que são feitas através de LDAP, AD, SSH ou HTTPS. Esta correto nosso entendimento?

**RESPOSTA:** Não está correto o entendimento - Não serão aceitas características técnicas que não atendam ao item especificado.

### FORMULADO PELA EMPRESA: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA.

**PERGUNTA:** Está sendo solicitada compatibilidade com o protocolo RADIUS, e SNMPv3 item “j”. Estes protocolos permitem a autenticação de informações para administração e segurança de acesso a rede IP. Entendemos que, se o servidor permitir a compatibilidade com outros protocolos que possibilitam este mesmo serviço, tais como WBEM/WMI; SNMP (qualquer versão) ou LDAP, atenderemos completamente ao edital. Está correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA:** Não está correto o entendimento - Não serão aceitas características técnicas que não atendam ao item especificado.